

OS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO PARA OS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA: A (DES) CARACTERIZAÇÃO DA CANÇÃO COMO FONTE HISTÓRICA.

ERICA DA SILVA XAVIER*¹

O Programa Nacional do Livro Didático- PNLD- foi implantado através do decreto de lei n. 91.542, de 19/08/1985, e seu objetivo era classificar quais obras didáticas deveriam estar nas escolas. Nesse momento o contexto histórico ao qual o Brasil atravessava apontava transformações que levaram a algumas rupturas: a derrocada da ditadura militar, a volta do regime democrático, a inclusão das minorias no cenário político e econômico (por exemplo, o caso das mulheres que, nesta época, já ocupavam uma parte significativa do mercado de trabalho); para a educação, buscava-se novos projetos a serem seguidos, projetos compatíveis com os princípios democráticos e as reivindicações dos grupos ligados a esse núcleo. Para tanto, o PNLD trouxe algumas mudanças:

Indicação dos livros pelos professores, extinção do livro descartável e sua reutilização, aperfeiçoamento das especificações técnicas para a produção do livro, ampliação da oferta para os alunos de todas as séries e finalmente, a participação dos professores no processo de escolha dos livros e o fim da participação financeira do Estado. (ODONNE; ROSA, 2006, p.190).

Ainda, se evidenciou a partir dessas mudanças que a própria qualidade do livro didático só passou a ser questionada de fato com o final da ditadura militar e com a criação do PNLD. A princípio, o PNLD surgiu como um agente regulador para que as obras “ruins” não chegassem à escola.

A criação do programa também sugeriu uma leitura que permitiu entender o PNLD como uma via em que o Estado e a academia mantivessem um diálogo, mantendo assim um consenso de quais demandas pedagógicas e epistemológicas as editoras deveriam atender para garantir que as coleções produzidas tivessem condições de chegar ao professor no momento da escolha. A partir desta prerrogativa, percebeu-se que pelo número de coleções selecionadas, as exigências metodológicas e conceituais, entre

¹ Professora colaboradora na Universidade Estadual de Londrina. Mestre em História Social pela Universidade Estadual de Londrina(2012). Especialista em Ensino de História e História Social pela mesma instituição (2010).

outras mudanças, o PNLD acirrou sua forma de avaliação tornando-se cada vez mais criterioso.

Ao que se refere as coleções de história esses critérios de avaliação acompanharam os debates e pesquisa estabelecidas no campo de ensino e história. Alguns dos critérios estabelecidos no programa são: concepção de História, erros conceituais mais comuns em História (Ausência de) estereótipo, se contempla construções, noções e/ou conceitos e se trabalha com historicidade dos conceitos, fontes históricas, representações iconográficas e ilustrações. (PNLD,2005)

As fontes históricas como critério de avaliação do PNLD supõe que estas não sejam utilizadas somente como ilustração, mas que cumpram uma função cognitiva para além desta perspectiva. Não se trata de formar pequenos historiadores, mas de dar direito ao aluno de compreender como a história é construída, de entender, a partir do documento histórico, que a história não se traduz enquanto “verdades absolutas”, como para compreensão das diversas temporalidades a qual a história está submetida.

Um exemplo destas avaliações pode ser encontrada no PNLD de 2008 sobre a coleção História e vida Integrada, devido a seguinte observação: “ o manual é limitado quanto às explicações e discussões sobre as concepções históricas que orientam a obra e sobre como proceder no processo de utilização de fontes históricas, ou de linguagens diferentes em sala de aula”.

No que se refere as fontes históricas, no PNLD de 2010, é dado certo destaque para a utilização das imagens e dos recursos iconográficos. Um dos itens na ficha de avaliação aparece da seguinte forma: *As legendas das imagens possibilitam a localização no tempo e no espaço (época em que foram produzidas, autoria, créditos e sua natureza).* Neste exemplo, podemos observar a preocupação com informações que caracterizam a imagem como documento, marcado pela sua própria historicidade.

Esta condição de avaliação não se apresenta no caso da canção, embora imagens sejam usadas com frequência nas coleções didáticas, as canções também aparecem com certa relevância. A música, a canção² como fonte histórica possui um campo de pesquisa

^{2 2} Neste artigo utilizaremos o conceito de canção para se referir a músicas utilizadas nos livros didáticos. Esta referência é importante, pois a compreensão do conceito de música é amplo, segundo Wisnik todo o som tem uma nota, por isso é considerado música. A canção supõe melodia e letra e tem uma forma peculiar de leitura: a canção surgiu a partir da fala. Ver: TATIT, Luis. *O século da canção*. Cotia: Ateliê

amplo e um debate acadêmico que permite entendê-la e valorizá-la enquanto tal. Em uma análise a respeito dos usos da canção nos livros didáticos de história³, percebemos que a canção é utilizada, via de regra, como ilustração de conteúdos, muitas vezes com datas de composição erradas, a partir de álbuns de coletânea ou de regravações, o que não permite contextualizá-la historicamente com seu momento de criação.

Segundo José Geraldo Vinci de Moraes (2000:23-39), no Brasil, em meados da década de 1980 já existia uma crítica acumulada em torno dos trabalhos que tinham como objeto de pesquisa a música, sinal de que as investigações desenvolvidas alcançaram certa definição de linha de pesquisa (a moderna música popular urbana, por exemplo) e deram valiosas contribuições para a compreensão da História do país⁴. Fora do país, podemos citar autores como Eric Hobsbawm e o precursor das discussões que envolveram a música, o filósofo Theodor W. Adorno⁵.

Não cabe neste artigo, discutir mais a fundo as questões teóricas- metodológicas sobre o uso da canção como fonte histórica, no entanto, vale ressaltar que “a canção é uma expressão artística que contém um forte poder de comunicação, principalmente quando se difunde pelo universo urbano, alcançando ampla dimensão da realidade social”. (MORAES, 2000:23-27). A nossa percepção é que a canção consegue aproximar o aluno da História, pois ela está inserida em seu cotidiano e, pelo mesmo motivo, aproxima o professor do aluno

Editorial, 2004; Wisnik, José Miguel. O som e o sentido. Companhia das letras, 1989; NAPOLITANO, Marcos. História e Música. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

³ XAVIER, Érica da Silva. A Canção como Mediação nos Livros Didáticos de História na Coleção História e Vida Integrada de Nelson e Claudino Piletti. (1991-2007). Londrina: UEL, 2011. Dissertação de Mestrado.

⁴ Moraes (2000, p.36) faz um levantamento das principais obras entre livros, dissertações e teses que se ocuparam da música como fonte documental ou como objeto de pesquisa entre as décadas de 1970 e 1980. Ainda para uma maior compreensão das questões que envolve a música como fonte histórica, ver autores como: *Marcos Napolitano, Arnaldo Daraya Contier e José Ramos Tinhorão.*

⁵ ADORNO, Theodor. “O Fetichismo na Música e a Regressão da audição”. In: *Adorno, Os pensadores.* São Paulo: Nova Cultural, 1999; HOBBSAWM, Eric. *A história Social do Jazz.* Tradução Angela Noronha. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990

A visão do PNLD a respeito de como utilizar as fontes históricas (apontando critérios de avaliação) integradas aos conteúdos históricos nos manuais é fundamental na elaboração dos materiais didáticos, pois ele serve de balizador no momento de elaboração da obra.

Dessa forma, procuramos analisar algumas mudanças nos critérios de avaliação sofridas pelo Programa Nacional do Livro Didático. Para tanto, utilizamos as informações oferecidas pelo MEC e os PNLDs dos seguintes anos: 2005, 2007, 2008 e 2010. Ainda como parte central da pesquisa, nossa análise buscou perceber como as fontes históricas, em especial, a canção, é tratada dentro do PNLD: Se existe e quais critérios são relevantes para avaliação? A canção é caracterizada como fonte histórica pelo PNLD? Existem critérios metodológicos que são cobrados das editoras para utilização da canção nos manuais, uma vez que frequentemente a canção aparece nos livros didáticos?

AS MUDANÇAS NO PNLD E A QUESTÃO DA CANÇÃO NOS LIVROS DIDÁTICOS.

O Plano Nacional do Livro Didático (PNLD) estabelece critérios de avaliação para a escolha de qual livro será adotado nos próximos três anos letivos. O PNLD tem adotado posições críticas sobre as concepções e sobre a rede conceitual a serem utilizadas nos livros didáticos, assim como a forma metodológica e pedagógica, que poderiam ser trabalhadas. Tais críticas ainda consideram, as propostas de ensino e aprendizagem, às políticas públicas para educação e os debates referentes a epistemologia do conhecimento em questão.

Desde 1997, o PNLD tem fornecido aos professores o guia do livro didático, tendo seu primeiro exemplar baseado nos resultados da avaliação de 466 livros didáticos de 1ª a 4ª série, das áreas de Língua Portuguesa, Matemática, Ciências e Estudos Sociais. Apresentou, nesse sentido, critérios que norteavam a avaliação, bem como resenhas das obras recomendadas; assim, tanto o PNLD de 1997 quanto o de 1998 permitiram ao professor optar por manuais que não estavam recomendados, segundo as informações dadas pelo MEC sobre o PNLD do ano em questão. Em 1999, foi realizada a primeira avaliação para 5ª a 8ª série, que incluiu as disciplinas de História, Ciências, Matemática, Língua Portuguesa e Geografia. A partir desse PNLD, a menção “Não Recomendado”

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

foi retirada do processo. E então, de 438 títulos inscritos, seis foram recomendados com distinção, 61 recomendados, 151 recomendados com ressalvas e 220 excluídos.

No ano de 2002, estes dados passaram por algumas mudanças, como o fato da avaliação começar a centrar-se em coleções e não mais em uma análise individual dos livros. Os trabalhos apresentados diminuíram significativamente de 438 para 104 exemplares; desses 104, 04 foram recomendados com distinção, 18 recomendados, 43 recomendados com ressalvas e 39 excluídos. Em 2005, a classificação das (RD, R, RR, EX) deixou de ser adotada, sendo as obras categorizadas em aprovadas e excluídas. Assim, de 129 títulos avaliados, 92 aprovados e 37 excluídos.

Essas informações foram buscadas por nós no portal do MEC e nos serviram para perceber os processos de mudanças nos quais o PNLD esteve envolvido. O estabelecimento da análise de coleções ao invés de livros, ou em unidade, foi outra questão observada. Essas mudanças nos critérios, assim como o próprio fato de ter havido poucos trabalhos inscritos, podem dar indícios de que a avaliação tornou-se um tanto mais rigorosa.

Em um artigo elaborado por Moreira e Pereira para a revista História e Ensino da Universidade Estadual de Londrina, as autoras analisaram comparativamente o PNLD de História de 2005 e 2008, e concluíram que:

As transformações são claras quando comparamos os dois guias. Estão presentes na organização, em relação às coleções aprovadas, aos critérios avaliativos e aos métodos de análise e apresentação das coleções. Das 22 coleções aprovadas em 2005, 11 foram aprovadas em 2008-sendo que 1 foi reformulada. Já o guia de 2008 aprovou 19 coleções, redução de 3 em relação a 2005. A permanência de 11 coleções de um guia para outro, assim como a aprovação de 8 novas coleções, aparece como indício de uma mudança mais profunda que pode estar vinculadas, ao aperfeiçoamento dos critérios de avaliação.(MOREIRA; PEREIRA, 2009: 71)

Ainda sobre as mudanças no critério de avaliação do PNLD, segundo as autoras, os aspectos teórico-metodológicos, em 2008, estavam mais focados nas especificidades da História como disciplina escolar e como conhecimento. Sobre a avaliação referente a 2005, Miranda e Luca observam que:

Em 2005 os critérios ainda tinham sua base de sustentação quase que exclusivamente na “existência de erros de informação, conceituais ou desatualização graves; veiculações de preconceitos do gênero, condição social ou etnia, bem como de quaisquer formas de proselitismo e, por último, verificação de incoerências metodológicas graves entre as propostas



*explicitadas e aquilo que foi efetivamente realizado dentro da obra.(
LUCA;MIRANDA, 2004: 128)*

Não podemos deixar de mencionar, nsse contexto, que o investimento em uma coleção de livro didático demandava (e ainda demanda) uma quantia grande de capital; o Estado era e ainda é a “balança” comercial das editoras, uma vez que é ele o grande consumidor desse tipo de livro. Assim, podemos pensar que as editoras começaram ter um cuidado maior (em relação ao conteúdo, conceitos, metodologia, etc.) ao produzir esses materiais, garantindo que pelo menos eles chegassem até as mãos dos professores. Ainda faz-se importante ressaltar que o custo de produção do material didático para o mercado editorial, provavelmente aumentou em muito.

Outro dado que nos chamou atenção é que em 1999(MEC) praticamente metade dos livros foram excluídos. E, de 438, passaram para 220; em 2002, de 104, foram excluídos 39 e, no entanto, estamos nos referindo aqui à coleção – ora, não é uma diferença gritante, mas foram 13 coleções (contendo quatro volumes) a mais, distribuídas pelo governo nas escolas públicas. A partir da década de 2000, o mercado editorial, para atender às próprias exigências feitas pelo do PNLD, profissionalizou sua produção com força total, ou seja, especializou-se em assuntos referentes aos debates acadêmicos e pedagógicos, como também fragmentou o trabalho de produção do livro didático, o que gerou uma série de novas contratações para a realização dos materiais didáticos.

Dessa forma, como observou Moreira e Pereira (2009), o PNLD aperfeiçoou seus critérios de avaliação, e o mercado, obviamente, buscou atender tal demanda. Isso não implica saber quais coleções circularam nas salas de aula, mas que as editoras centraram suas preocupações em pelo menos fazer com que os manuais conseguissem entrar no mercado e chegar até a escola.

Nas coleções referentes à disciplina de História, esses critérios acompanharam o próprio debate historiográfico, principalmente considerando: a ampliação das fontes históricas para ofício do historiador e os próprios debates ligados ao ensino de História. Debates estes que também traziam a questão das fontes para sala de aula, que, no início da década de 1990, já estava consolidado por intermédio de obras que buscavam alternativas para superar a visão da escola como um espaço de reprodução, de modo a perceber esse como produtor de conhecimento (CUNHA, 2011: 23-37).

Assim, alguns dos critérios utilizados pelo PNLD incluíram a integração dos documentos históricos ou fontes históricas no livro didático, bem como a forma de utilização destas fontes. Nesse sentido, a iconografia ganhou certo destaque, entendendo a imagem como algo amplo, desde obras artísticas consagradas até mapas. Outras fontes também são mencionadas no manual do professor, a partir dos critérios de avaliação do PNLD: fontes literárias, cinema e jornais são colocados como pertinentes à metodologia a ser utilizada em sala de aula.

Ao analisarmos as fichas de avaliação de 2007, as distinções das coleções ficaram “O” para ótimo, “B” para bom, “S” para suficiente, “Não” para insuficiente ou inexistente. Notamos, em nossa pesquisa, que os critérios de avaliação de 2007 são bem parecidos com a interpretação feita por Miranda e Luca sobre o PNLD de 2005. O PNLD do ano de 2007 avaliou os seguintes itens: concepção de História, erros conceituais mais comuns em História (Ausência de) estereótipo, se contempla construções, noções e/ou conceitos e trabalha com historicidade dos conceitos, fontes históricas, representações iconográficas, ilustrações. Os critérios em relação às fontes históricas apareciam da seguinte maneira:

- Fontes históricas:
 - Apresenta e discute fontes históricas
 - Textuais
 - Iconográficas
 - Outras – orais/sonoras, monumentos, construções, paisagens, artefatos, objetos, roupas etc.

No que se refere à canção, o trato desta como fonte é nulo, embora apareça com certa frequência não só na coleção. Na pesquisa realizada por Luciana Calisse, sobre a presença da música popular nos manuais didáticos de 1980 a 2000. A autora fez a seguinte constatação:

Tabela 3: Presença da música popular nos manuais didáticos de 1980 a 2000.

LIVROS CATALOGADOS	PERÍODO	CONTÊM MÚSICA?	PORCENTAGEM
15	(1980-1985)	02	13,3%
12	(1986-1990)	05	41%

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

12	(1991-1995)	06	50%
19	(1996-2000)	08	42%
TOTAL DE LIVROS CATALOGADOS	PERÍODO	CONTÊM MÚSICA?	PORCENTAGEM
58	(1980-2000)	21	36,2
/,3,/			

FONTE: Calisse (2003, p.157).

No entanto, os PNLDs pesquisados, não fazem menção a respeito da utilização desta fonte (canções). Mesmo que o seu uso seja, como já apontamos, razoavelmente assíduo por parte dos autores, editores, enfim, pelos profissionais que trabalham para a produção do livro – assim como na utilização desta pelo professor na sua prática em sala de aula – não demonstram preocupação com metodologias que trabalhem esta fonte, a canção nos manuais, de forma geral, aparece como mera ilustração dos conteúdos.

Esta situação em que a canção é apresentada demonstra que há um aparente descaso na caracterização dessa como fonte histórica, uma vez que os PNLDs que pesquisamos⁶ não fazem menção nenhuma aos cuidados que se deve ter quando se utiliza a música ou a canção(exceto por uma menção “fontes sonoras”)

O PLND de 2007, 2008 apresenta como outras fontes “orais/sonoras”. Temos sérias dúvidas se fontes sonoras seria um termo adequado como menção à música, ou à canção, que aparece com frequência nos manuais didáticos. No PNLD de 2010 as fontes históricas aparecem no quesito metodologia da História, e isso demonstra que na avaliação do PNLD 2010 as fontes deveriam estar integradas também como método de ensino. No entanto, só menciona este item das fontes históricas como critério de avaliação sem maiores detalhes, somente para imagens. Também não é lembrado para o uso das fontes orais e muito menos para canção.

⁶ Foram analisados o PNLD dos seguintes anos: 2005, 2007, 2008 e 2010.

Dessa forma, alguns critérios que poderiam ser aproveitados pelo PNLD no momento da avaliação para a caracterização da canção como fonte histórica, são os apresentados pelo historiador Marcos Napolitano ao apontar possíveis metodologias de análise da canção como:

a) análise da letra (qual tema da canção? quais elementos da letra?); b) análise da música (audição, levantamento inicial de informações musicais, gênero musical, arranjo, melodia, etc.); c) síntese-letra e música (interpretação das informações, qual projeto, mensagem vinculada, há contradição ou harmonia entre forma/conteúdo?); d) historicização da obra-documento (em função dos conteúdos estudados, e com as informações e interpretações) (NAPOLITANO,1987: 187).

Essas foram algumas premissas que Napolitano estabeleceu como parâmetro, considerando a canção enquanto fonte de pesquisa, como objeto da história, também como para um determinado tipo de linguagem para a aprendizagem histórica em sala de aula. O autor ressalta, que não se deve separar melodia e letra (mesmo que para fins didáticos), pois letra sem melodia não é canção é poesia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Não foi nossa intenção neste artigo criticar o PNLD com o propósito de desmerecimento, nossa posição a respeito do programa é que as ações deste tem sido fundamentais para o aperfeiçoamento e qualidade na elaboração das obras didáticas. O que buscamos aqui foi analisar os PNLDs a fim de contribuir, levantando questões que do ponto de vista da história e do seu ensino são importantes e devem ser relevadas na elaboração das obras didáticas que futuramente auxiliarão o professor na mediação e produção do conhecimento em sala de aula.

Neste sentido, a descaracterização da canção enquanto fonte histórica se dá quando o PNLD deixa de apontar possíveis maneiras de trabalhar com a canção a partir da própria história. A canção não deve ser vista como reflexo instantâneo da realidade ou como ilustrações de determinados conteúdos, as canções estão inseridas num contexto histórico de produção que considera a posição dos grupos e suas maneiras de “cantar” a realidade.

Segundo Luciana Calisse (2003) o conhecimento da conjuntura política, social e econômica onde a música foi produzida é essencial. O conhecimento da origem da obra

muito pode contribuir para uma interpretação plausível sobre ela. A pesquisa biográfica do compositor na qual poderia detectar suas experiências políticas e sociais também pode respaldar a análise da História por intermédio da obra, sendo esta considerada um ponto de vista do artista, uma forma própria de ver o mundo.

Sobre as “escutas musicais” estas também são históricas, segundo o historiador Eric Hobsbawn (1990) a própria nota musical é histórica, esta análise foi feita pelo autor a respeito do jazz, onde ele demonstra que as notas melódicas, tristes, melancólicas de algumas músicas (mesmo que sem letras) representavam um protesto feito pelos negros por sua condição sociocultural.

Ainda que os códigos musicais se apresentem como uma dificuldade no trabalho com a música, ou canção, não deve ser desvinculado da análise, pois Segundo Moraes

como a maioria das pessoas é leiga no código musical, elas criam uma percepção particular das canções que escutam em seu cotidiano, alcançando, assim, um grande poder de comunicação. Para este autor, é premissa fundamental para se compreender o papel da música na História nunca desvinculá-la dos movimentos históricos sociais e do contexto em que ela e o autor estão inseridos. (MORAES, 2000:26-38)

Percebemos como já foi dito, que a música popular urbana se constitui em um campo de pesquisa firmado por historiadores, sociólogos, linguísticos, enfim, é um objeto de análise que abrange diversas áreas das ciências humanas. Pesquisadores que “ouviram” soar ecos e vozes de notas musicais falando de protestos, de amor, do cotidiano, que ouviram história na música e não somente viram a música na história, ou a história da música. O que se ouve são os sujeitos da história, contando à sua maneira o presente de outrora, o passado o qual buscamos ouvir através da canção, outras histórias que não as mesmas.

A utilização da canção nos livros didáticos não é recente, como mostrou a pesquisa de Calisse, desde 1980 estas aparecem nos livros e com uma forte presença nas décadas de 1990 e 2000. Se a demanda neste caso, surge do livro didático, o que fica claro para nós é que o PNLD como avaliador deve estar atento as questões metodológicas que permitam as editoras se adequar a função que o documento histórico deve cumprir

cognitivamente. Não se trata de trabalhar esta fonte como trabalham os historiadores, mas de fornecer informações e contextualizações que não limite a fonte usada a meras ilustrações. A canção, neste caso, passou despercebida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

CALISSI, Luciana. A Música Popular Brasileira nos Livros Didáticos de História. (Décadas de 1980-1990). Dissertação de Mestrado. Recife, UFPE, 2003.

CUNHA, Maria de Fátima. “Produção do Conhecimento Histórico Escolar: utilização de fontes diversas em sala de aula”. In: SEBRIAN, Raphael N. N. et al.(orgs.). *Perspectivas Historiográficas*. Campinas: Pontes Editores, 2010.

LUCA, Tânia Regina de; MIRANDA, Sonia Regina. O livro didático de história hoje: um panorama a partir do PNLD. *Revista Brasileira de História*, v.24 nº. 48, São Paulo, 2004.

MORAES, José Geraldo Vinci de. História e Música: canção popular e conhecimento histórico. *Revista Brasileira de História*, nº 30-vol. 20. Dossiê: Brasil, Brasis, 2000.

MOREIRA, Júlia Helena Simões; PEREIRA, Júnia Sales. Do conteúdo à recepção: o guia do livro didático de história (2005/2008). *História & Ensino*, Londrina, v.15. 67-84 ago. 2009.

NAPOLITANO, MARCOS. AMARAL, Cecília Maria. BORJA, Cafagni Wagner. Linguagem e canção: uma proposta pra o ensino de História. *Revista Brasileira de História*, São Paulo v.7 nº13 p.177-188. Set86/fev87.

_____. *História e Música*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

ODONNE, Nanci; ROSA, Flávia Goullart Motta Garcia. Políticas públicas para o livro, leitura e biblioteca. *Ci. Inf. Brasília*, v. 35, n 3, p.183-193, set-dez, 2006.